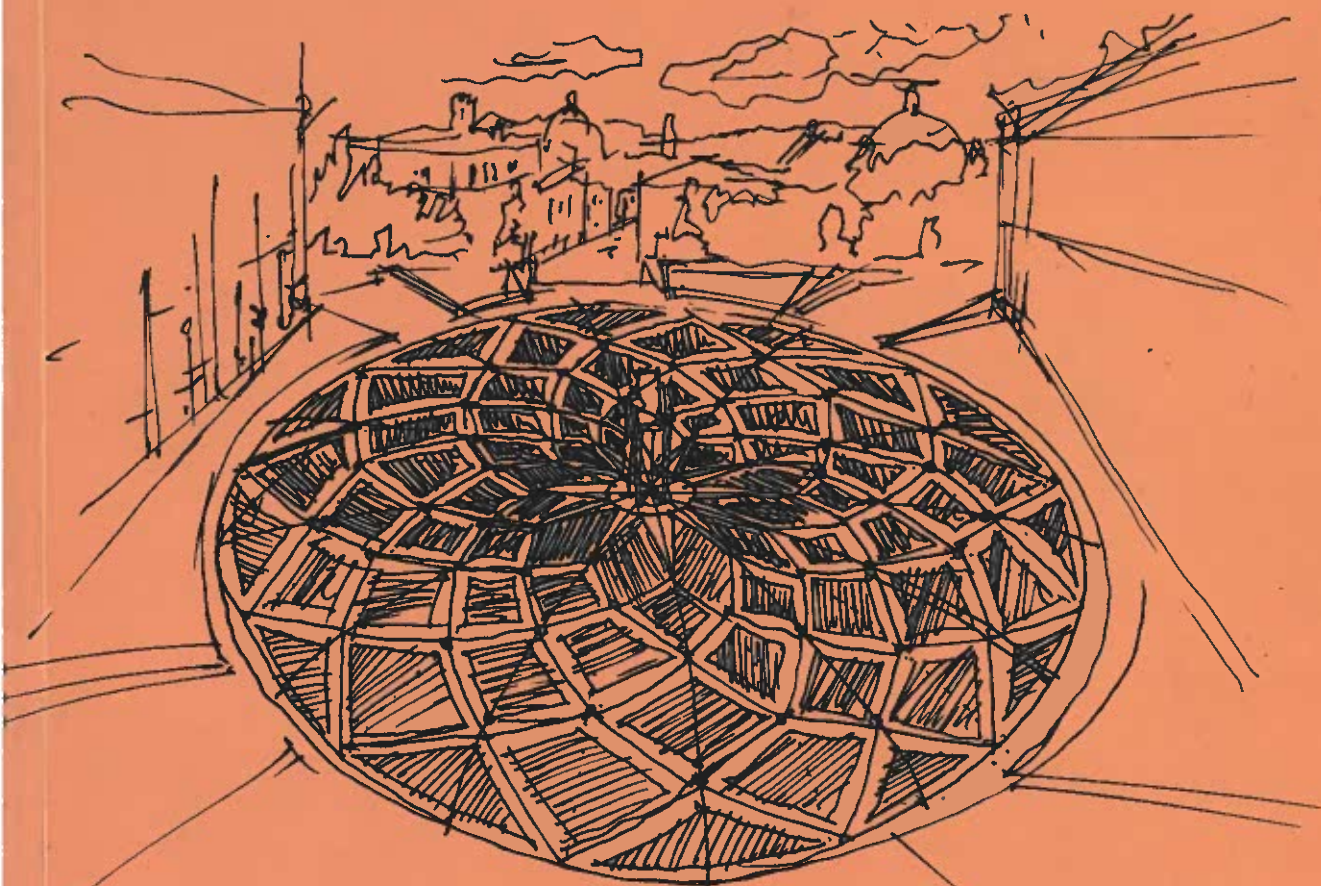


# ARTE TEORIA

Revista do Mestrado em Teorias da Arte da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, nº 10, Ano 2007



Construção - 66 Buch

Proj. de Cap. Teó. P. 10/11/96

# ARTE TEORIA

Revista do Mestrado em Teorias da Arte da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa. nº10. Ano 2007



**ArteTeoria I nº10**  
Revista do Mestrado em Teorias da Arte  
Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa

**Director**

*José Fernandes Pereira*

**Coordenação**

*Marieta Dá Mesquita, Helena Murteira e Maria Helena Souto*

**Colaboradores**

**Ana Martins Barata** Biblioteca de Arte da F. Calouste Gulbenkian  
**Ana Vaz Milheiro** Prof. ISCTE  
**António Nunes Pereira** Prof. no IADE  
**António Ricardo da Costa** Prof. no Instituto Superior Técnico  
**Alexandre Arménio Maia Tojal** Director do Arquivo Distrital de Faro  
**Eduardo Côte - Real** Prof. Associado no IADE  
**Eduardo Duarte** Assistente na FBAUL  
**Flávia Cadete** Lic. em Arquitectura  
**Helena Murteira** F. Calouste Gulbenkian  
**Hugo Ferrão** Prof. Associado na F. de Belas Artes da U. de Lisboa  
**Inês Serrano** Assistente no I. Politécnico de Tomar/Escola Superior de Tecnologia  
**Jorge Nunes** Assistente na F. de Arquitectura da U. Técnica de Lisboa  
**Maria Alexandra Trindade Gago da Câmara** Prof. na U. Aberta  
**Maria Helena Souto** Prof. no IADE  
**Marieta Dá Mesquita** Prof. na F. de Arquitectura da U. Técnica de Lisboa  
**Miguel Baptista Bastos** Assistente na F. de Arquitectura da U. Técnica de Lisboa  
**Natalya Dimov** Lic. em Escultura  
**Paula André** Assistente no ISCTE  
**Paulo Simões Rodrigues** Assistente na U. de Évora  
**Pedro Janeiro** Assistente na F. de Arquitectura da U. Técnica de Lisboa  
**Teresa Veiga de Macedo** Lic. em Arquitectura

**Capa**

Desenho do Capitólio, Roma, feito in situ por Eduardo-Côte Real (1996)

**Propriedade do Título**

Mestrado em Teorias da Arte  
Faculdade de Belas Artes  
Largo da Academia Nacional de Belas Artes  
1247-058 Lisboa  
tel: 213252100 - fax: 213470689

**Produção Gráfica**

Facsimile, Lda

**Tiragem**

500 exemplares

**ISSN**

1646-396X

**Depósito Legal**

196292/03



- 7 - **A CIDADE, PENSAMENTO MATERIALIZÁVEL DO HOMEM**  
*Flávia Cadete*
- 22 - **APONTAMENTOS SOBRE A CRIAÇÃO DE UMA POSITIVIDADE DISCURSIVA NA CIDADE OCIDENTAL**  
*António Ricardo da Costa*
- 41 - **FRANCISCO DE HOLANDA E A "FÁBRICA" DE LISBOA**  
*Eduardo Duarte*
- 67 - **A LEITURA DA CIDADE PELOS SEUS CONTEMPORÂNEOS**  
*Marieta Dá Mesquita e Inês Serrano*
- 82 - **LISBOA COMO PALIMSESTO: ENTRE A REPRESENTAÇÃO E A CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE MEDIEVAL À CIDADE POMBALINA**  
*Teresa Veiga de Macedo*
- 98 - **REVISITAR O PALÁCIO REBELO DE ANDRADE-CEIA NO CONTEXTO DA ARQUITECTURA RESIDENCIAL NA LISBOA PÓS-TERRAMOTO**  
*Maria Alexandra Trindade Gago da Câmara*
- 105 - **ENSAIO DA POLÍTICA RENOVADORA NA LISBOA ROMÂNTICA: A FACHADA SUL DO PASSEIO PÚBLICO DO ROSSIO**  
*Alexandre Arménio Maia Tojal*
- 115 - **MEMÓRIAS DA CIDADE: TESTEMUNHOS CRUZADOS DE ARQUITECTOS SETECENTISTAS**  
*Marieta Dá Mesquita*
- 120 - **1766: IDEOLOGIA E CIDADE**  
*Helena Murteira*
- 128 - **A DISCUSSÃO ESTÉTICA DA QUALIDADE ARQUITECTÓNICA DA CAPITAL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX**  
*Ana Martins Barata*
- 136 - **PERTINHO LÁ DO CÉU, OS SÍTIOS ALTOS E A CIDADE COMO OBRA DE ARTE**  
*Eduardo Côte - Real*
- 144 - **A FIXAÇÃO DA IMAGEM DA CIDADE NA ORIGEM DO CONCEITO DE PATRIMÓNIO URBANO: O EXEMPLO DE ÉVORA**  
*Paulo Simões Rodrigues*
- 153 - **ALDEIA DE LIMÕES - "CASAS COM NOME"**  
*Hugo Ferrão*

- 165**      **EU E O OUTRO NAQUELA CIDADE**  
*Pedro Janeiro*
- 177**      **ARTE PÚBLICA NO SÉCULO XXI: HABITAR A CIDADE TECNOLÓGICA**  
*Natalya Dimov*
- 191**      **CIDADES AMOTINADAS (OU A DISSIPAÇÃO DO POSSÍVEL NO SÍTIO)**  
*Miguel Baptista Bastos*
- 199**      **CIDADES EFÉMERAS E O URBANISMO HAUSSMANIANO:  
EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS EM PARIS (1867-1900)**  
*Maria Helena Souto*
- 215**      **DIALÉCTICA E RUPTURA EM "VIENA 1900": O EXEMPLO DA CASA WITTGENSTEIN**  
*Jorge Nunes*
- 229**      **TRÊS PLANOS POMBALINOS PARA A RECONSTRUÇÃO DA VELHA GOA**  
*António Nunes Pereira*
- 243**      **A PRAÇA XV DE NOVEMBRO DO RIO DE JANEIRO. GEOGRAFIAS DO SAGRADO  
E DO PROFANO E ESTÉTICA DA LINHA RECTA**  
*Paula André*
- 261**      **O LUGAR DOS PRESSÁGIOS FELIZES O MUNDO URBANO BRASILEIRO NARRADO ATRAVÉS  
DA SENSIBILIDADE DO ESTRANGEIRO**  
*Ana Vaz Miheiro*

# A PRAÇA XV DE NOVEMBRO DO RIO DE JANEIRO. GEOGRAFIAS DO SAGRADO E DO PROFANO E ESTÉTICAS DA LINHA RECTA

Paula André

<sup>1</sup> *Arte no Brasil*. São Paulo:  
Abril Cultural, 1997.p.226.

*“A arquitectura carioca,  
como a de Lisboa, nasce do  
compasso e do tira-linhas”  
(G. Bazin)<sup>1</sup>*

Os espaços das praças são espaços de atracção. Olhar através do espaço de uma praça é caminhar nela, percorrê-la, olhar através do tempo, porque a praça dá conteúdo ao tempo; segundo Robert Irwin ver é o acto inicial de valorizar (...) e o potencial infinito dos seres humanos para ver e ordenar esteticamente o mundo constitui o único assunto puro da arte. Por isso, a praça desenha-se também através do percurso do nosso olhar, que a sublinha e sublima.

O termo que designa o espaço destinado ao público num teatro é plateia, e plateia quer dizer em latim praça, isto é, plateia e praça correspondem-se, a praça tomada como monumento e documento será espaço pedagógico e palco do exercício cívico da memória. A praça é monumento, é memória e por sê-lo activa a consciência cívica da própria civilização. A praça deve recuperar o seu valor simbólico usando como palco esse espaço cenográfico, espelho dos sucessivos modos de pensar e sentir, encontrando a tradição como contexto.

Porque a cidade é o nosso presente, e é nela que nos movemos, devemos estimular a valorização do espaço público, visto que a sua valorização, histórica e artística, contribuirá para uma consciência patrimonial com a clara intenção de promover a sua conservação e divulgação.



[Fig. 1] – Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro com suas Fortificações, João Massé, 1713.

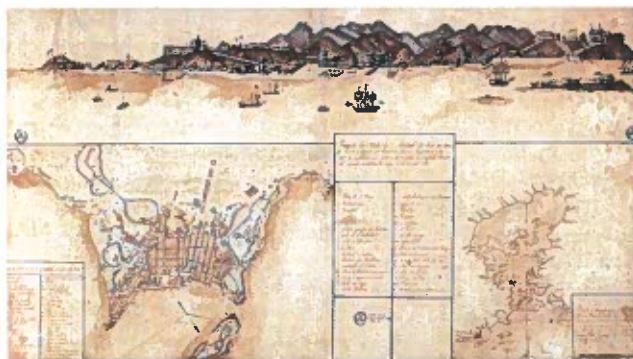
A Praça XV de Novembro do Rio de Janeiro, revela-se um marco do tempo, noutra tempo, garantindo a ligação entre um tempo quotidiano e um tempo histórico, sendo essa a sua modernidade. A análise e percepção dos contextos que determinaram as sucessivas metamorfoses espaciais e arquitectónicas revelam o espaço como lugar, isto é, como mundo construído.

Assim o sentido deste texto será a compreensão das relações entre espaço natural, projectos urbanos e projectos arquitectónicos, assumindo a história como experiência do processo de modificação e confirmando que a arquitectura põe história na natureza/espaço, e revela o lugar. Será também nosso objectivo destacar por um lado a importância da implantação da ordem mendicante carmelita na várzea de Nossa Senhora do Ó (futura Praça XV) para o desenvolvimento e conformação da cidade do Rio de Janeiro, e por outro salientar fundamentos da matriz da linha recta que se revelará numa estética arquitectónica e urbana.

Da várzea de Nossa Senhora do Ó aberta totalmente à baía, à Praça XV de Novembro “fechada” ao rio com a construção da avenida perimetral elevada, este espaço foi palco de construções que o foram (en)formando, as quais ao longo do tempo foram sofrendo metamorfoses, quer formais quer funcionais - igreja, convento, casa da moeda, armazéns do rei, paço real, casas da família Teles de Meneses, chafarizes, cais, mercado, estátua, jardim, entre outras.

A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro fundada por Estácio de Sá em 1º de Março de 1565, entre o Morro de São João, antes conhecido como “Cara de Cão” e o Pão de Açúcar, transfere-se, após a derrota dos Franceses em 1567, para o alto de uma colina, morro do Castelo.<sup>2</sup> Cidade toda “cercada de muro por cima, com muitos baluartes e fortes cheios de artilharia”,<sup>3</sup> tendo no seu interior implantados: a casa da Câmara, a cadeia, as casas do Armazéns e da Fazenda Real, a Igreja dos Jesuítas e a Sé.

Ainda no séc. XVI inicia-se a ocupação da praia que de acordo com José Maurício Saldanha Álvarez antecipa a ocupação da várzea,<sup>4</sup> aí residindo moradores abastados,<sup>5</sup>



[Fig. 1] – Perspectiva da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, Luiz dos Santos Vilhena, 1775.

e onde se encontrava a ermida de Nossa Senhora do Ó, equipamento religioso que se revelaria um forte motor do desenvolvimento urbano. Para esse desenvolvimento contribuiu igualmente a descida para a várzea dos membros do cabido da Sé, do hospital da Irmandade da Misericórdia, para além da instalação de outros edifícios religiosos

atenção que “esse Rio em acrópole durou muito pouco tempo” tendo para tal contribuído não só o sentimento de segurança da conquista, que deu o estímulo necessário para que os povoadores logo se espalhassem pela várzea e pelo recôncavo da baía de Guanabara, como também a própria exiguidade do sítio originalmente escolhido, que se revelou inadequado às funções que a cidade passou a exercer”, in, ABREU, Maurício de Almeida – Reencontrando a Antiga Cidade de São Sebastião: Mapas conjecturais do Rio de Janeiro do Século XVI. **Cidades: Revista Científica / Grupo de Estudos Urbanos.** São Paulo: Grupo de Estudos Urbanos, 2005, vol.2, nº4, p.199.

<sup>4</sup> ALVAREZ, José Maurício Saldanha – “Muita gente junta na Praça”. **Traçados urbanos e arquitecturas no Rio de Janeiro Colonial. 1565-1713.** Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2000. Tese de Doutoramento. p.128.

<sup>5</sup> Maurício Abreu a propósito da prática da arruação faz referência à procura de chãos por parte do “ex-capitão e ouvidor de São Vicente, Jorge Ferreira que em 1573 solicitou o que pertencera a António Proença, que se localizava «ao longo da praia de Manuel de Brito... entre Nossa Senhora e o chão de Francisco Antunes”, ou ainda o caso de “Luiz de Madureira, morador «na praia de Nossa Senhora do Ó», que vendeu, em 1593, dez braças de chãos a Fernão Baldez”, in, ABREU, Maurício de Almeida – Reencontrando a Antiga Cidade de São Sebastião: Mapas conjecturais do Rio de Janeiro do Século XVI. **Cidades: Revista Científica / Grupo de Estudos Urbanos.** São Paulo: Grupo de Estudos Urbanos, 2005, vol.2, nº4, p.213.

<sup>2</sup> Inicialmente tena a designação de morro de São Januário ou Descanso, e mais tarde Alto da Sé e Alto de São Sebastião.

<sup>3</sup> Mem de Sá – Instrumento dos Serviços, citado por

ABREU, Maurício de Almeida – Reencontrando a Antiga Cidade de São Sebastião: Mapas conjecturais do Rio de Janeiro do Século XVI. **Cidades: Revista Científica / Grupo de Estudos Urbanos.** São

Paulo: Grupo de Estudos Urbanos, 2005, vol.2, nº4, p.192. O sítio original da cidade desapareceu com o arrasamento no início do séc. XX do morro do Castelo e Maurício Abreu chama a

<sup>6</sup> Os padres do Colégio de Jesus em 1579 compram chãos na parte baixa da cidade e solicitam ao juiz Julião Rangel, a respectiva medição: "lá em baixo, no porto desta cidade, onde esta o chão contido na petição [...] dos ditos padres e colégio, e sendo lá, em presença de Roque da Ponte, procurador de Luiz Alz. e do dito Antônio de Louzada e do reverendo Pedro Martins da Rocha, Ministro do dito colégio, medi dez braças craveiras por uma vara de medir pano de cinco palmos [...] ao longo da rua e caminho, e acabados de medir, logo ali se fez uma cova com uma enxada para se meter um marco de pedra, e dali para diante, vinda para a banda da Misericórdia, fui medindo com a dita vara de medir dezanove varas que são nove braças e meia [...] e ali onde se acabarão se fez outra com enxada para também se meter outro marco de pedra, para se saber que era o chão dos ditos padres", in, ÁLVAREZ, José Maurício Saldanha – **"Muita gente junta na Praça". Traçados urbanos e arquitecturas no Rio de Janeiro Colonial. 1565-1713.** Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2000. Tese de Doutorado. p.117.

<sup>7</sup> ÁLVAREZ, José Maurício Saldanha – **"Muita gente junta na Praça". Traçados urbanos e arquitecturas no Rio de Janeiro Colonial. 1565-1713.** Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2000. Tese de Doutorado. p.103-104.

<sup>8</sup> "Português que chegara em 1562 com Estácio de Sá para fundar a cidade, e ali possuía extensa propriedade", in, PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas – **Praça XV: quatro séculos de transformações.** In CAVALCANTI, Lauro ed. lit. – **Paço Imperial.** Rio de Janeiro: Paço Imperial / MinCIPHAN, 2005.p.51

como a ermida de Nossa Senhora da Ajuda e das Igrejas de S. José e da Cruz e a instalação do porto dos padres da Companhia de Jesus na Praia de D. Manuel.<sup>6</sup> Equipamento de extrema importância para os Jesuítas uma vez que a Companhia de Jesus possuía inúmeros engenhos de cana-de-açúcar na região ao norte do povoamento. Essa ligação entre o porto e os engenhos como veremos funcionou como foco direccional de desenvolvimento para o interior, um pouco à semelhança da definição de caminhos da cidade grega.

Assim a Cidade do Rio Janeiro viu o seu desenvolvimento urbano ser feito como síntese do modelo grego e romano; por um lado o nível do morro (acrópole) e o nível da várzea (parte baixa) e a ligação desta com os engenhos formando caminhos, e por outro lado a ordenação regular da várzea, tornando-se a Praça XV um espaço entre a ágora e o fórum. Seria aliás essa diferença física entre o pequeno *plateau* do morro e a vasta várzea que iria permitir aplicar o "matricial" traçado regular português. Se na história do saber, como adverte Michel Foucault "o monumento antecipa-se ao documento", no urbanismo português a prática antecipa-se à escrita.

O facto da cidade a partir do seu núcleo inicial descer e expandir-se para a parte baixa da praia e várzea, levaria o jesuíta Jácome Monteiro em 1608 a referir que "a cidade estava dividida em duas partes, uma delas localizada no alto de um monte no qual os primeiros conquistadores, Mem de Sá e seu sobrinho Estácio de Sá, por ser um lugar muito defensável, a edificaram (...) e uma segunda parte no sopé desse monte que se estende uma espaçosa várzea na qual está a maior parte da cidade, por respeito do mar, com quem vizinha".<sup>7</sup>

Entre o morro do Castelo e o convento de S. Bento, implantado no morro de Manuel de Brito,<sup>8</sup> ao longo da praia,<sup>9</sup> foram desenhadas as linhas estruturantes do desenvolvimento urbano, traduzidas no caminho Manuel de Brito, futura Rua Direita da cidade e na Rua da Misericórdia, as quais se encontravam no terreiro da Ermida de Nossa Senhora do Ó, futuro Terreiro do Ó, Praça Nova (por oposição à Praça Velha do Castelo), hoje Praça XV de Novembro. A extensa área da várzea entre o Castelo e o convento de S. Bento pela sua característica alagadiça e pantanosa obrigou à secagem dos terrenos de modo a permitir construções e traçados urbanos regulares, passando-se da paisagem ao objecto cultural como referem Georges Duby e Guy Lardreau.

Na verdade, as primeiras construções "faziam-se ao longo deste caminho ou ao longo de pequenos troços de ruas que se iam abrindo perpendicularmente a ele. Posteriormente, apoiando-se nesse eixo fundamental e em uma ou duas outras ruas entretanto construídas paralelamente a ele e a curta distância para o interior, desenvolviam-se algumas ruas transversais de pequena dimensão, formando uma malha ortogonal".<sup>10</sup>

<sup>9</sup> "Inicialmente chamada apenas de «praia desta cidade» ou de «praia de Nossa Senhora», a linha de costa seria arruada pela Câmara em 1587, o que fez com que passasse a ser chamada de «rua pública que vai ao longo da praia», denominação que se transformaria, em 1593, em «rua direita que vai da

Misericórdia ao longo da praia para a Senhora do Ó», e evoluiria depois para «rua direita da praia» ou, simplesmente, «rua Direita», e desde 1870 Rua Primeiro de Março, in, ABREU, Mauricio de Almeida – **Reencontrando a Antiga Cidade de São Sebastião: Mapas conjecturais do Rio de Janeiro do Século**

XVI. **Cidades: Revista Científica/Grupo de Estudos Urbanos.** São Paulo: Grupo de Estudos Urbanos, 2005, vol.2, nº4, p.210.

<sup>10</sup> TEIXEIRA, Manuel; VALLA, Margarida – **O urbanismo português séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil.** Lisboa: Livros Horizonte, 1999.p.228.



Segundo Maurício Abreu era “desse eixo inicial, que por algum tempo foi também conhecido como Rua do Conselho defronte do mar, que partiram, no último quartel do séc. XVI, os primeiros tentáculos em direcção a retroterra embrejada. Como eram ortogonais a um litoral curvilíneo, que alguns documentos denominam, por isso mesmo, de praia arqueada, essas travessas acabaram formando eixos não perfeitamente paralelos, que se abriam levemente em direcção ao interior. A mais antiga delas, então chamado caminho de Capuerçu, ocupou, ao que tudo indica, uma antiga trilha indígena que percorria os terrenos secos da várzea; é a actual Rua da Alfândega”,<sup>11</sup> e que ligava a cidade aos engenhos de cana-de-açúcar que os jesuítas possuíam, ao norte da cidade.<sup>12</sup>

José Maurício Álvarez faz por outro lado referência à determinação camarária de 1626, para a abertura das “ruas necessárias para esta cidade, a saber, a que vai por detrás do Carmo, para a parte de Pedro Luiz Ferreira, a que pelas casas de Gaspar Daraó e a que vai pela casa de Amador Antunes de Carvalho, que Deus haja”.<sup>13</sup>

O mesmo autor menciona ainda o cuidado colocado no alinhamento que se verifica nas correições, quando referem: “determinado e cordado que se abra a rua que vem pela porta de Joam (sic) Pereira e passa pelo canto das casas de sobrado de Duarte Vaz Pinto, e isto em conformidade com os acordãos e cousas que o Desembargador João de Souza Cárdenas, e os ouvidores gerais e os oficiais da câmara atrasados, haviam determinado e que logo se vá abrir a rua e se acabe de desmanchar o impedimento que nelas há onde não se pode andar por ela”.<sup>14</sup>

E cita ainda Maurício de Abreu quando este autor aponta ainda que: “as escrituras de compra e venda de imóveis mencionam sempre a obrigatoriedade da arruação dos lotes e das casas, em particular, naqueles trechos do território ainda não cordeados de artérias já existentes, garantindo-lhes o perfeito alinhamento das ruas quando estas fossem prolongadas”.<sup>15</sup>

Todas estas referências mostram que quando se abriam ruas já existiam construções uma vez que as indicações para a sua delimitação são dadas através da menção dos proprietários dessas construções e por outro lado mostram a constante preocupação com o respectivo alinhamento uma vez que o desalinhamento é motivo suficiente para derrubar construções que obstruam a regularidade que se desejava imprimir ao conjunto, evidenciando um entendimento cenográfico do espaço.

Em Portugal encontramos essa tradição de regularidade já no reinado de D. Dinis como chamou a atenção Helder Carita na sua obra **Lisboa manuelina e formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)**, com a regularização e aumento da Rua Nova<sup>16</sup> em 1294 derrubando-se casas “para que a rua fique de 8 braças” e em 1295 a abertura da Rua dos Ferreiros e aumento do Largo dos Açouges, derrubando-se também casas, “para a honra da villa e para aproveitamento da terra”, isto é, procedimentos por razões de uniformidade e de estética e por questões funcionais, “medindo-se por cordas a largura e comprimento”,<sup>17</sup> ou seja, usando-se a prática de cordear.

**Rio de Janeiro Colonial. 1565-1713.** Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2000. Tese de Doutoramento. p.120.

<sup>14</sup> ÁLVAREZ, José Maurício Saldanha – “**Muita gente junta na Praça**”. **Traçados urbanos e arquitecturas no Rio de Janeiro Colonial. 1565-1713.** Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2000. Tese de Doutoramento. p.120n.

<sup>15</sup> ÁLVAREZ, José Maurício Saldanha – “**Muita gente junta na Praça**”. **Traçados urbanos e arquitecturas no Rio de Janeiro Colonial. 1565-1713.** Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2000. Tese de Doutoramento. p.117.

<sup>16</sup> Rua Nova eixo paralelo ao Tejo, que já existia antes do reinado de D. Dinis e que no séc. XV passa a ter a designação de Rua Nova dos Mercadores (quando é aberta a Rua Nova del Rei), mas também designada ainda nesse século de Praça dos Homens de Negócios; em meados do séc. XVI a rua divide-se em duas partes: a ocidente passa a ter a designação de Rua Nova dos Mercadores e a oriente a designação de Rua Nova dos Ferros (com grades de ferro dispostas longitudinalmente e visível na iluminura que representa o «enterro de D. Manuel», in, Livro de Horas de D. Manuel); mais tarde a designação de Rua dos Ferros estende-se a toda a rua sendo esta a designação em 1755 (conhecida simplesmente como Rua Nova).

<sup>17</sup> doc. de 1295 – a carta existe no AN/TT, tanto na Chancelaria de D. Dinis, livro 2º, fl. 99-vº, como in Direitos Reais. Liv. 2º fl. 131 vº; a transcrição da carta in, VIEIRA da SILVA, Augusto – **As muralhas da Ribeira de Lisboa.** Lisboa: CML, 1987. vol. 1.p.115,116.

<sup>11</sup> ABREU, Maurício de Almeida – Reencontrando a Antiga Cidade de São Sebastião: Mapas conjecturais do Rio de Janeiro do Século XVI. **Cidades: Revista Científica / Grupo de Estudos Urbanos.** São

Paulo: Grupo de Estudos Urbanos, 2005, vol.2, nº4, p.210.

<sup>12</sup> PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas – Praça XV: quatro séculos de transformações. In CAVALCANTI, Lauro ed. lit. –

**Paço Imperial.** Rio de Janeiro: Paço Imperial / MinCIPHAN, 2005.p.52.

<sup>13</sup> ÁLVAREZ, José Maurício Saldanha – “**Muita gente junta na Praça**”. **Traçados urbanos e arquitecturas no**

<sup>18</sup> Que de meados do século XV a meados do século XVI teria a designação de Rua Nova del Rei e desde meados do séc. XVI passa a designar-se Rua da Ourivesaria do Ouro ou dos Ourives do Ouro, sendo essa a designação em 1755.

<sup>19</sup> SEIXAS, José de Figueiredo – **Tratado da ruação para emenda das ruas das cidades, vilas e lugares, deste Reino**. Manuscrito. BNL. f.7.

<sup>20</sup> (RADF = 1894, v. 1, p.403), in, CAVALCANTI, Nireu-Campo, Rocio, Largo, Praça, Passeio: espaços públicos na cidade do Rio de Janeiro colonial. In – **Colóquio Internacional – Praças Reais, Passado, Presente e Futuro**. Lisboa: UAL, 2006. (p.9).

<sup>21</sup> “(...) ordenava fizesse a repartição e arruação e engenheiro mor Francisco de Frias de Mesquita ...ey por bem que ele dito Capitão Mor faça a dita repartição e arruação seguindo em tudo a traça que lhe deixo em seu poder feita pelo dito engenheiro mor”, in, MOREIRA, Rafael – Uma utopia urbanística pombalina: o «Tratado da Ruação» de José de Figueiredo Seixas. In SANTOS, Maria Helena Carvalho dos ed. lit. – **Pombal Revisitado**. Lisboa: Editorial estampa, 1984. vol.II, p.141, citando Paulo F. Santos – **Formação de Cidades no Brasil Colonial. Separata de Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros**. Coimbra, 1968, p.41.

<sup>22</sup> MOREIRA, Rafael – Uma utopia urbanística pombalina: o «Tratado da Ruação» de José de Figueiredo Seixas. In SANTOS, Maria Helena Carvalho dos ed. lit. – **Pombal Revisitado**. Lisboa: Editorial Estampa, 1984. vol.II, p.142, citando Pedro Vieira de Almeida – **A Arquitectura do século XVIII em Portugal: pretexto e argumento para uma aproximação semiológica**. **Bracara Augusta**, XXIII (2), Braga, 1973.

No reinado de D. Manuel, em carta régia de 29 de Outubro de 1498, refere-se que as opções tomadas no reordenamento da cidade de Lisboa “deveriam servir de modelo para o corpo da cidade”, e em cartas régias enviadas ao Senado da Câmara em 1502 é mencionado que a Rua Nova é “tomada como modelo referencial para novas intervenções”. Aquando da abertura da Rua mestre Afonso Annes<sup>18</sup> que ligava a zona da Ribeira ao Roçio, foi também necessário demolir construções para que ficasse alinhada e em 1513 para as janelas de frente da nova Praça da Ribeira são tomadas como modelo as janelas do Hospital de Todos os Santos do Rocio, com uma clara intenção de uniformidade e preocupação programática.

Efectivamente desde o início que a ocupação da Várzea se faz de acordo com um conceito de regularidade fazendo nascer uma malha ortogonal, que levaria José de Figueiredo Seixas a mencionar no seu, **Tratado da ruação para emenda das ruas das cidades, vilas e lugares, deste Reino** a cidade do Rio de Janeiro como única cidade edificada de modo regular ao referir: “quanto a mim só me ocorre que seedificasse acidade do Rio de Janeyro, eporisso seacha com os seus arruamentos, edeficios, e praças sufficientemente regulares...”<sup>19</sup>

Como refere Nireu Cavalcanti “em 1624 várias ruas já existiam nessa várzea e, por ordem do ouvidor-geral, em reunião de correição com os vereadores, as novas que fossem abertas deveriam ser “direitas, sem fazerem fim em paredes” e com largura maior do que 30 palmos (6,60m). Ainda estabeleciam que ninguém tapasse seus “quintais que ficassem nas testadas das ruas com palha de airi, nem outra palha”, sob multa de 2 mil réis,<sup>20</sup> comprovando também uma interessante relação entre os materiais e a perspectiva visual da rua.

Rafael Moreira a propósito do título do tratado de José de Figueiredo Seixas **Tratado da Ruação** (...) refere que encontra pela primeira vez o termo *ruação*, num documento de 1616 referindo-se ao traçado dos arruamentos da cidade de São Luís do Maranhão,<sup>21</sup> mencionando ainda o **Diccionario da língua Portugueza** (...) publicado em 1783 de Bernardo de Lima e Melo Bacellar onde arruar significa fazer rua direita. Mas Rafael Moreira, refere não só que Seixas ao escolher esse termo para título do seu tratado “arvorara em programa uma velhissima tradição, enunciando as origens e influências culturais da sua arte”, como chama igualmente a atenção que Pedro Vieira de Almeida “pressentiu, com fina sensibilidade de arquitecto, essa característica do urbanismo pombalino de basear-se na rua e praça em vez de na fachada ou no edificio, não no construído mas no vazio: o que constitui o discurso urbano é o espaço-rua objectivado em si mesmo, por isso mesmo constituindo um valor”.<sup>22</sup> É a percepção do vazio na sua relação entre espaço aberto e espaço construído, como se o espaço da cidade se visse completado pelo olhar do habitante, o que nos relaciona aliás de modo particular com os espaços das praças.



[Fig. 3] – Vista da Praça do Palácio no Rio de Janeiro, Jean Baptiste Debret, 1834-39.

A Praça XV de Novembro à beira da Baía de Guanabara, de início com limites indefinidos, mas que poderíamos balizar entre a ermida de São José<sup>23</sup> e a igreja da Cruz,<sup>24</sup> deve a sua conformação espacial a sucessivos aterros que lhe permitiu a construção de edifícios, possibilitando diferentes utilizações e das quais advêm as respectivas designações: Praia da Piaçaba, Várzea de Nossa Senhora do Ó, Praia do Carmo (1619), Campo do Carmo, Terreiro da Polé (1630),<sup>25</sup> Praça do Carmo (1745), Terreiro do Paço (1808), Praça Dom Pedro II (1870(?)),<sup>9</sup> Praça XV de Novembro (1889).

Até ao governo de Juscelino Kubitchek de Oliveira, quando se constrói a Avenida Perimetral que a fecha à baía (1956-61), esta Praça caracterizou-se pela sua abertura e ligação à baía, abertura essa mantida como veremos pela presença de uma ordem mendicante nesse centro ribeirinho.

Em 1580-90 os Carmelitas<sup>26</sup> (*Ordo fratrum Beatae Mariae Virginis* de monte Carmelo) ocupam a ermida de Nossa Senhora do Ó,<sup>27</sup> anteriormente ocupada pelos Beneditinos,<sup>28</sup> e em 1607 lançam os alicerces do seu convento, ao lado da antiga ermida,

<sup>23</sup> "Provavelmente já existia em fins do séc. XVI, pois é citada num documento de 1619. De 1633 a 1640 foi reconstruída em pedra e cal por Egas Muniz. Por algum tempo, o cabido da Sé a utilizou como Matriz provisória, de 1704 a 1734, mas seu tamanho limitado logo impossibilitou um culto maior. Em 1751 foi elevada à condição de Igreja Paroquial. Em 1807 a Irmandade resolveu construir novo templo, haja vista o estado ruinoso do antigo. A 22 de Dezembro de 1808 foi lançada a pedra fundamental com a presença do Príncipe D. João. A 10 de Abril de 1824, o templo foi entregue ao culto ainda em obras, faltando o frontispício e a decoração interna. O projecto geral da igreja foi realizado por Félix José de Souza, que iniciou a construção, substituído em 1814 por João da Silva Muniz, arquitecto da casa real". in, TEIXEIRA, Milton de Mendonça – **Apostila andando pelo Rio – Praça Quinze de Novembro e arredores.** [em linha], <http://www.sindegur.org.br/2006/arquivos/b8.pdf>, p.14.

<sup>24</sup> Em 1585 é levantado o "Forte de Santa Cruz", provavelmente a primeira construção do lado da baía e,

com certeza, igualmente a primeira da rua do Ouvidor (que naquela época tinha outros nomes, como por ex: "Desvio do Mar", rua de "Aleixo Manuel", rua do "Gadelha", e rua da "Cruz". O actual nome "Ouvidor" data de 1780). A Irmandade dos soldados da guarnição do Rio de Janeiro fundada em 1611, aí estabeleceu a sua capela, tendo as obras durado cinco anos. Serviu de catedral duas vezes, de 1703 a 1704 e de 1734 a 1737. Depois da invasão francesa o brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, traça em 1777 a planta de novo templo, tendo sido lançada a primeira pedra em 1780 e foi consagrada em 1811, em cerimónia à qual assistiu D. João VI. A igreja foi tombada pelo IPHAN em 1938, in, TEIXEIRA, Milton de Mendonça – **Apostila andando pelo Rio – Praça Quinze de Novembro e arredores.** [em linha], <http://www.sindegur.org.br/2006/arquivos/b8.pdf>, p.44.

<sup>25</sup> "O primeiro equipamento presente no espaço público carioca provavelmente foi o marco da cidade – um paralelepípedo de pedra – trazido de Portugal e erguido junto à igreja de São Sebastião (ou dos Barbadinhos), no morro do

Castelo (...) sobre o pelourinho, sabe-se que quando a cidade se transferiu do Castelo para a várzea, este marco esteve próximo ao morro e ao mar, no terreiro que passou a se chamar Terreiro da Polé, actual Praça XV", in, Vaz, Lillian Fessler – **Notas sobre as praças do Rio de Janeiro no período colonial.**, in, TEIXEIRA, Manuel ed. lit. – **A Praça na Cidade Portuguesa.** Lisboa: Livros Horizonte, 2001.p.154.

<sup>26</sup> A Ordem dos Carmelitas é uma ordem Mendicante, que surgiu no final do século XI, na região do Monte Carmelo, em Israel, e foi sistematizada em 1226 na Regra do Carmo por Santo Alberto, Patriarca de Jerusalém. Depois dos primeiros carmelitas se terem estabelecido no Brasil numa capelinha dedicada a Santo António, doada pelo governador de Olinda, religiosos chefiados por Frei Pedro Viana de Portugal iniciaram a fundação de conventos no Brasil; o primeiro foi o Convento do Carmo de Olinda (1583), seguido do Convento do Carmo de Salvador da Bahia (este fundado por frei Damião Cordeiro em 1586), Convento de Santos (1589) e o da Praça XV no Rio de Janeiro (1590).

<sup>27</sup> Os carmelitas "em 1573, receberam uma sesmaria na várzea, com 60 braças em quadra, que chegava ao Morro do Castelo, vendida em 1750 para o Convento da Ajuda. Foi-lhes ofertada uma outra, em 1591, de 50 braças ao longo da Lagoa de Santo António e morro acima, recusada pelos padres que consideraram o local «afastado». No perímetro urbano, possuíam prédios que eram alugados. No termo, o Engenho da Pedra localizado na freguesia de Guaratiba", in, FRIDMAN, Fania - **Donos do Rio em Nome do Rei: história fundiária da cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.p.28. Segundo Nireu Cavalcanti em 1590 os carmelitas receberam a capela de Nossa Senhora do Ó e as casinhas anexas, acopiadas à grande faixa de terreno fronteiro ao mar, formando um rocio que se estendia da lateral da actual igreja de São José à linha da fachada do prédio do Arco do Teles", in, CAVALCANTI, Nireu – **Campo, Rocio, Largo, Praça, Passeio: espaços públicos na cidade do Rio de Janeiro colonial.** In – **Colóquio Internacional – Praças Reais, Passado, Presente e Futuro.** Lisboa: UAL, 2006. (14)

<sup>28</sup> Que daí se retiraram quando receberam a sesmaria de Manuel de Brito; a área da sesmaria ia da encosta do Morro da Conceição, cujo topo estava ocupado pelos capuchinhos que ali possuíam uma horta e um poço, passava nas actuais ruas Visconde de Inhaúma, Alcântara Machado e Ladeira de João Homem atingindo, em linha recta, as ruas Acre, Sacadura Cabral e o Beco do Escorrega até o Morro de S. Bento, in, FRIDMAN, Fania - **Donos do Rio em Nome do Rei: história fundiária da cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.p.58.

<sup>29</sup> “O governador Rui Vaz Pinto em 1619, deu concessão aos carmelitas para tirarem pedra da ilha em frente ao mosteiro de São Bento (ilha das Cobras) para iniciarem a construção da igreja da ordem”, in, CAVALCANTI, Nireu – Campo, Rocio, Largo, Praça, Passeio: espaços públicos na cidade do Rio de Janeiro colonial. In – **Colóquio Internacional – Praças Reais, Passado, Presente e Futuro**. Lisboa: UAL, 2006. (p.15).

<sup>30</sup> ABREU, Maurício de Almeida – Reencontrando a Antiga Cidade de São Sebastião: Mapas conjecturais do Rio de Janeiro do Século XVI. **Cidades: Revista Científica / Grupo de Estudos Urbanos**. São Paulo: Grupo de Estudos Urbanos, 2005, vol.2, nº4, p.196.

<sup>31</sup> FRIDMAN, Fania; MACEDO, Valter L. – **A ordem urbana religiosa no Rio de Janeiro colonial**. [em linha] <[www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos/dossie2.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos/dossie2.pdf)>, p.10, citando COARACY, Vivaldo – **Memórias da cidade do Rio de Janeiro**. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1988.p.351

<sup>32</sup> VASCONCELOS e SOUSA, Bernardo, ed. lit. – **Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento – Guia Histórico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.p.405.

<sup>33</sup> A bula *Quia plerumque*, de 1268, promulgada pelo Papa Clemente IV, fixou a distância mínima entre dois conventos mendicantes, numa cidade, em 300 canne, cerca de 500m, in, LE GOFF, Jacques – **Ordres mendiants et urbanisation dans la France médiévale: état de l'enquête**. **Annales: Économies, Sociétés, Civilisations**. Paris: Librairie Armand Colin, 25(4), jul./aou. 1970, p.932.

estando acabada a perspectiva da capela-mor em 1616.<sup>29</sup> Desde meados da década de 1570 que a partir das proximidades do local onde os carmelitas estabeleceram o seu convento, tinha sido aberto um caminho de ligação desde alto do morro, denominado ladeira do Carmo,<sup>30</sup> tendo sido essa ladeira “a primeira via pública da cidade e a primeira rua dotada de calçamento de pedras irregulares, executado em 1617, com a contribuição dos seus moradores, por iniciativa dos jesuitas e administrador eclesiástico”.<sup>31</sup> O que significa que igreja (jesuítas), ermida (beneditinos/carmelitas), convento (carmelitas) foram motores de desenvolvimento urbano.

Na sequência da bula *Quae Honorem Conditoris* de 1247 o papa Inocêncio IV promulga o novo texto da ordem libertando-a da *stabilitas loci*, isto é, da obrigatoriedade de residir em comunidade em lugares isolados ou distantes do centro povoado.<sup>32</sup> Essa bula de certa forma reconhece a “nova espiritualidade” que as ordens mendicantes vinham desenvolvendo. O desejo de se inserirem nos centros urbanos estava relacionado com as funções de pregação, mas também com o número de potenciais fiéis, que se traduziria na recolha de esmolas de modo a permitir aos frades a manutenção da sua fábrica.<sup>33</sup>

Os carmelitas na medida em que se apropriaram do espaço central da cidade, configuraram-no. A implantação e o domínio das ordens religiosas são traduzidos em conformações espaciais urbanas, chegando mesmo a “abrir ruas em troca de terras”.<sup>34</sup> A transposição de elementos da simbologia do sagrado para os espaços seleccionados criteriosamente, auxiliam no entendimento e análise da participação das ordens religiosas na apropriação e configuração do espaço urbano nomeadamente através da imagem e da persuasão. As **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia** (1719) recomendavam que nas vilas já ocupadas, as igrejas se instalassem onde fosse possível passar uma procissão e permitiam que o adro fosse refúgio de foragidos, o que significa um espaço com “jurisdição autónoma”, uma pequena praça dentro da praça pública. O facto do convento carmelita não possuir claustro volta-o claramente para o exterior, sublinhando eventualmente essa urbanidade e acentuando a sua relação com a Praça, contribuindo para a “definição espacial do lugar”,<sup>35</sup> e para a afirmação da sua presença.

Para além da localização das fábricas das ordens religiosas serem um motor de desenvolvimento urbano, as doações dos fiéis contribuíram gradamente para aumentar e enriquecer o seu património fundiário, nomeadamente com fazendas de gado e engenhos (os carmelitas possuíam o Engenho da Pedra localizado na freguesia de Guaratiba). E uma vez que essas propriedades se localizavam bem para lá do núcleo urbano, isso significa que contribuíam também para definir novos caminhos



[Fig. 4] – Largo do Paço, Augusto Earl Pinx, 1832.

<sup>34</sup> FRIDMAN, Fania; MACEDO, Valter L. – **A ordem urbana religiosa no Rio de Janeiro colonial**. [em linha] <[www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos/dossie2.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos/dossie2.pdf)>, p.5.

cidade: biografia de um monumento. In CAVALCANTI, Lauro ed. lit. - **Paço Imperial**. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999.p.52-117.

<sup>35</sup> SANTOS, Afonso Carlos Marques dos – **O Paço da**

de ligação, entre o núcleo urbano e o espaço suburbano, isto é, focos que direccionam o desenvolvimento da cidade.

Mas a sua acção no fazer cidade estendia-se também à habitação, uma vez que “era das olarias, pedreiras e fazendas dos religiosos, que vinham os materiais necessários à construção das casas residenciais. Beneditinos, jesuítas e irmãos da Misericórdia, neste sentido, sempre se destacaram como produtores do serviço de moradia no Rio de Janeiro também pelo grande volume de imóveis que possuíam, controlando seu acesso através dos alugueiros”.<sup>36</sup>

Contudo esse domínio implicou algumas vezes ter que lutar para manter esse poder. Na verdade, embora “sob protesto dos carmelitas, a Fazenda Real construiu seus armazéns e a Casa da Moeda, ocupando parcela do rocio”.<sup>37</sup> Por essa razão, parte da fachada do convento do Carmo ficaria encoberta”.<sup>38</sup>

Os Carmelitas tinham desde 1642 o uso da Praça, pagando um foro, que a partir de 1667, com a alegação de que a ordem era pobre foi remido. Embora se tratasse de um espaço público e “apesar de as terras da marinha serem de uso comum segundo o direito romano, o Governador Duarte Correa Vasqueanes obteve autorização real, em 1646, para a venda de *chãos* da praia, entre os morros do Castelo e São Bento, cujo produto fosse aplicado nas obras de defesa da barra e da cidade. Excepto a área fronteira ao Convento do Carmo, que ficaria reservada ao rossio da cidade”.<sup>39</sup>

No entanto, embora em 1683 esse terreiro em frente do convento do Carmo tivesse corrido o risco de desaparecer, uma vez que foi repartido e aforado entre os parentes dos oficiais da Câmara,<sup>40</sup> segundo José Maurício Álvarez citando o *Livro de Tombo do Convento do Carmo*, os carmelitas apresentaram razões bastante fortes para não deixar construir em frente ao convento:

*“mandara a Câmara que comprasse uns chãos que estão junto ao Rossio que serve de praça a dita cidade e fica defronte ao convento dos ditos religiosos, para que se não pudesse ali fazer casas assim por ser a única praça daquela cidade, como por se desembarcar ali ordinariamente com mais cômodo, e também por ser de prejuízo ao dito convento porque fazendo-se casas se tira a vista aos religiosos e os devassam em sua clausura”*.<sup>41</sup>

O acto seria suspenso por Provisão Régia 1686, que determinava que “de nenhum modo se pudessem nos ditos chãos fazer casas, nem obras algumas com tais declarações nem os religiosos possam fazer obra alguma no dito sítio”.<sup>42</sup>

No entanto, embora o terreiro ficasse assim liberto, seria sobre parte dos Armazéns da Fazenda Real e da Casa da Moeda, que formavam o lado sul do

Bahia em 1699 e por detrás destas e olhando para a praia ficavam os Armazéns do Rei”, in, FERREZ, Gilberto – **O que ensinam os antigos mapas e estampas do Rio de Janeiro**.

Separata da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol.268, Julho-Setembro, 1965. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa nacional, 1966.p.27-42.

<sup>39</sup> FRIDMAN, Fania – **Donos do Rio em Nome do Rei: história fundiária da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.p.258.

<sup>40</sup> FRIDMAN, Fania – **Donos do Rio em Nome do Rei: história fundiária da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.p.258.

<sup>41</sup> ÁLVAREZ, José Maurício Saldanha – **“Muita gente junta na Praça”. Traçados urbanos e arquiteturas no Rio de Janeiro Colonial. 1565-1713**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2000. Tese de Doutorado. p.284.

<sup>42</sup> “Não satisfeitos, os edis que exerciam mandato no ano de 1717 intentaram fazer quitanda no dito Rocio, com casas e cabanas”, e mais uma vez essa agressão à cidade foi proibida, a pedido dos carmelitas. Finalmente, em 1730, o rocio foi demarcado e postos os marcos divisórios, pela Câmara, formando um rectângulo com 400 palmos (88,00m) de comprimento e 450 (99,00m) de largo”, (AHU = RJ; cx.18, doc. 22 e 24), in, CAVALCANTI, Nireu – **Campo, Rocio, Largo, Praça, Passeio: espaços públicos na cidade do Rio de Janeiro colonial**. In – **Colóquio Internacional – Praças Reais, Passado, Presente e Futuro**. Lisboa: UAL, 2006. (p.15).

<sup>36</sup> FRIDMAN, Fania; MACEDO, Valter L. – **A ordem urbana religiosa no Rio de Janeiro colonial**. [em linha] <[www.fch.unicamp.br/ciec/revista/artigos/dossie2.pdf](http://www.fch.unicamp.br/ciec/revista/artigos/dossie2.pdf)>, p.8.

<sup>37</sup> E, posteriormente, os vereadores edificaram a sua sede, o açougue e a cadeia pública.

<sup>38</sup> CAVALCANTI, Nireu –

Campo, Rocio, Largo, Praça, Passeio: espaços públicos na cidade do Rio de Janeiro colonial. In – **Colóquio Internacional – Praças Reais, Passado, Presente e Futuro**. Lisboa: UAL, 2006. (p.15). Contudo segundo Milton Teixeira essas casas foram construídas pelos próprios Carmelitas que as alugaram sendo depois adquiridas pelo

Câmara/Governo que as demoliu e construiu o armazém real e desde 1698 a casa da moeda, depois da transferência da Bahia para o Rio em 1697.<sup>42</sup> E de acordo com Gilberto Ferrez os carmelitas “construíram uma casa em frente ao seu convento onde se instalaria a Casa da Moeda ( para a fundição de ouro e cunhagem de moedas), transferida da

<sup>43</sup> A ordem régia de 27 de Novembro de 1730 que autorizava a construção proibiu o uso da denominação de Palácio.

<sup>44</sup> Deferido o pedido, o provedor realizou uma obra “com tanta grandeza e exorbitância de despesas” que o procurador da Coroa e Fazenda Sebastião Dias da Silva e Caldas, em 1739, denunciou-a ao rei”, in, CAVALCANTI, Nireu – **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até à chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.p.357.

<sup>45</sup> CORACY, Vivaldo – **Memórias da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: José Olympo, 1965.

<sup>46</sup> De que resta apenas a fachada do edifício central, que servia de passagem para a Rua do Ouvidor, através do seu arco, arco esse tombado como monumento de interesse histórico pelo Ministério da Educação. Aí funcionou o Senado da Câmara, até ao incêndio de 1790. Com este incêndio o Arquivo do Senado da Câmara, perdeu o processo de medição e o registro de suas sesmarias e aforamentos; a Câmara passaria a ocupar edifícios alugados para o efeito (Rua do Ouvidor, Rua Direita).

<sup>47</sup> As ordens terceiras são associações que estão vinculadas às ordens monásticas. Dentro da hierarquia das ordens regulares existem as “Primeiras”, que são os frades professos; as “Segundas”, são as ordens religiosas femininas; e as “Terceiras”, que são compostas de leigos, tanto homens quanto mulheres, solteiros ou casados, que se congregam sob a mesma devoção; a primeira ordem

terreiro/prança que o provedor da Fazenda Real Bartolomeu Cordovil e Mello receberia em 1730<sup>43</sup> permissão do rei para construir “acomodações para sua residência”,<sup>44</sup> mantendo-se parte da fachada do convento encoberta.

No mesmo conjunto o governador Gomes Freire de Andrade em 1743 mandaria construir a nova residência dos Governadores, com projecto executado pelo engenheiro militar José Fernandes Pinto Alpoim, que lhe acrescentou um andar. A fachada principal ficava voltada para a baía e a lateral para o terreiro, e usou-se pela primeira vez no Rio de Janeiro vergas curvas nos vãos das janelas, adquirindo traços de uma residência senhorial portuguesa.

A partir de 1763, torna-se residência dos vice-reis, fruto da transferência da sede do governo-geral da Bahia para o Rio de Janeiro. Segundo palavras de Lord J. Byron, aquando da sua visita ao Rio de Janeiro em 1764, seria o único edifício da cidade com janelas de vidro, contando as demais casas com pequenas geolusias.

Do outro lado da praça, lado norte, são construídas casas (c. de 1743) pelo Dr. Francisco Barreto Teles de Meneses com projecto atribuído igualmente ao engenheiro militar José Fernandes Pinto Alpoim, de modo a “regular a simetria da praça militar forense da cidade”.<sup>45</sup> Essa construção era formada por um conjunto de três edifícios iguais e contínuos,<sup>46</sup> que regularizavam a praça passando o seu espaço a ficar delimitado, só se estendendo para oriente, fruto de aterros que iam ganhando espaço sobre a baía.

A partir de 1761-63 a capela dos frades carmelitas foi reconstruída, e ao lado da Igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo, foi construída a Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo,<sup>47</sup> com projecto do irmão Francisco Xavier Vaz de Carvalho, sendo a única igreja colonial do Rio de Janeiro “cuja frontaria é totalmente revestida em pedra”.<sup>48</sup> A presença desta nova igreja iria acentuar a presença da imagem do sagrado no lado ocidental da praça.

Para pontuar esse espaço público e também para responder aos pedidos dos vereadores do Senado da Câmara,<sup>49</sup> em 1750 o governador Gomes Freire de Andrade manda erguer no centro da praça um chafariz, projecto do engenheiro Carlos Mardel, construído em Lisboa, de pedra de liós, “em forma de taça e

terceira que se formou em terras brasileiras foi a Ordem Terceira da Penitência, no séc. XVI na cidade de Olinda, capitania de Pernanbuco, e estava ligada à ordem religiosa dos franciscanos; a segunda a ser criada foi a Ordem Terceira do Carmo, vinculada à ordem religiosa dos carmelitas, na cidade de Salvador, na primeira metade do séc. XVII.

<sup>48</sup> **GUIA da arquitectura colonial neoclássica e romântica no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 2000.p.15.

<sup>49</sup> “A proposta de construção do chafariz no Largo do Carmo inicia-se pela primeira carta dos vereadores (07.07.1734) pedindo ao rei essa mercê. Não obtendo sucesso nessa primeira tentativa, voltaram a repeti-la em carta de 30 de Janeiro de 1742, nos seguintes termos: “sendo esta Cidade uma das mais notáveis dos dilatados domínios de Vossa majestade, e que tem incrivelmente crescido na extensão, e na multidão do povo, se acha tão somente com um chafariz chamado da carioca, existente quase nos seus arrabaldes, aonde de ordinário, pelo grande

concurso da gente acontecem distúrbios e mortes, que só se poderão evitar fazendo-se outro chafariz na praça que existe defronte do convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo, lugar muito acomodado para a dita obra, e esta a mais útil ao serviço de Deus, de Vossa Majestade, e deste povo”, (AHU=RJ:cx42, doc.44), in, CAVALCANTI, Nireu – Campo, Rocio, Largo, Praça, Passeio: espaços públicos na cidade do Rio de Janeiro colonial. In – **Colóquio Internacional – Praças Reais, Passado, Presente e Futuro**. Lisboa: UAL, 2006. (p.16).



[Fig. 5] – Vista da Praça XV de Novembro, com estátua do general Osório, à direita parte do Paço Imperial e à esquerda o Mercado da Candelária

baía, e a pontuá-la o chafariz de Mardel, praça aliás que aparece descrita na carta dirigida ao rei pelo bispo D. Fr. António do Desterro Malheiro em 1763 a propósito do atraso da obra da Sé, propondo que a Sé fosse transferida para a igreja dos carmelitas no Largo do Carmo:

*“Os religiosos de Nossa Senhora do Carmo desta cidade tem o seu convento situado tão no meio dela que faz frente para o grande terreiro que lhe serve de praia e onde estão os maiores edifícios, como são a casa de residência dos governadores, a casa de fundição e moeda, e outros de particulares, que enobrecem e fazem majestosa aquela praça, que se acha hoje engrandecida com um formoso chafariz de belas águas, de que se aproveita a maior parte dos moradores. De presente se acha a igreja deste convento com seu frontispício arruinado que necessariamente há de vir abaixo para se reedificar, mas o templo é de três naves, espaçoso com bastantes altares, dois maiores no arco cruzeiro e todos cobertos de talha dourada. A capela é majestosa e nobre, capaz de receber nela, como recebe com larguesa toda a comunidade dos seus religiosos”.*<sup>51</sup>

Contudo em 1789 o vice-rei, capitão-general Luis de Vasconcelos e Souza substituiria o primitivo chafariz circular por se encontrar em mau estado e porque a sua colocação no centro da praça impedia as paradas militares. Seria então construído outro (o actual), de base quadrada da autoria de Valentim da Fonseca e Silva, colocado à beira do cais,<sup>52</sup> todo em pedra lavrada com peitoris, três escadas para o mar e uma rampa de embarque, além de torneiras para a aguada das embarcações, obra do engenheiro Jean Jacques Funck. Dele deveria sair o túnel entre o Rio e Niterói, para pedestres, bonde e carruagens, projectado em 1786 pelo engenheiro Hamilton Bucknall. Por volta de 1880 era deste cais que saíam “os escalares para o Palácio Flutuante, volumosa chata fundeada no meio da baía, com tanques apropriados para banhos de mar e serviço de bar”.<sup>53</sup>

O cais seria remodelado sob D. João VI, em novos aterros – até o definitivo de hoje, obra da prefeitura na administração de Xavier da Silveira, em 1902, sendo sobre ele que se construiu a Estação das Barcas cujas embarcações ligam Rio, Niterói e Paquetá.

pirâmide”.<sup>50</sup> O chafariz era abastecido por um cano que vinha do chafariz do largo do Carioca, primeiro chafariz da cidade, e que à época a sua localização era considerada quase nos arrabaldes, também traça de Carlos Mardel, passando pela actual Rua 7 de Setembro, esclarecendo a origem da antiga denominação de Rua do Cano.

O espaço da praça ficaria conformado como vimos, tendo a ocidente convento e igrejas, a sul a residência dos vice-reis, a norte as casas Teles de Meneses, a oriente a

Sérgio A. – **Mercados no Rio de Janeiro 1834-1962**. Rio de Janeiro: S. Gorberg, 2003.p.15), esteja representado um chafariz com essa composição formal.

<sup>51</sup> (AHU – RJ:cx. 72, doc. 5 e 8, cx 73, doc. 17), in, CAVALCANTI, Nireu – Campo, Rocio, Largo, Praça, Passeio: espaços públicos na cidade do Rio de Janeiro colonial. In – **Colóquio Internacional – Praças Reais, Passado, Presente e Futuro**. Lisboa: UAL, 2006. (p.16).

<sup>52</sup> O mais antigo paredão marítimo foi o da praia de Nossa Senhora do Ó que ia desde o largo de Nossa Senhora do Ó até à praia de Santa Luzia, obra do governador Duarte Correia Vasqueanes e substituído pelo primeiro cais.

<sup>53</sup> GERSON, Brasil – **História das Ruas do Rio**. Rio de Janeiro: Lacerda editores, 2000.p.28.

<sup>50</sup> SANTOS, Afonso Carlos Marques dos – O Paço da cidade: biografia de um monumento. In CAVALCANTI,

Lauro ed. lit. - **Paço Imperial**. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999.p.52-117. Não deixa de ser curioso que no desenho a

lápiz de François René Moreau representando o interior do Mercado da Candelária (in, GORBERG, Samuel; FRIDMAN,

<sup>54</sup> Esta libertação do espaço da Praça é contemporânea do Paris de Napoleão III e do barão Georges Haussmann, nomeado novo prefeito do departamento do Sena, em 1853, e do rasgar dos grandes boulevards que libertavam o espaço facilitando assim a intervenção militar em caso de insurreição.

<sup>55</sup> Em 1636 decidiu a Câmara que os pescadores venderiam suas mercadorias no trecho compreendido entre a Paria de Nossa Senhora do Carmo e a Rua da Alfândega, ficando este lugar conhecido como Praia do Peixe. Foram instaladas barracas de madeira, cobertas de telha, onde se vendia o pescado, mas construídas sem ordem nem simetria.

<sup>56</sup> ÁLVAREZ, José Mauricio Saldanha – **“Muita gente junta na Praça”. Traçados urbanos e arquiteturas no Rio de Janeiro Colonial. 1565-1713.** Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2000. Tese de Doutorado. p.120.

<sup>57</sup> PATETTA, Luciano – **Historia de la arquitectura [antologia crítica].** Madrid: Ediciones Celesite, 1997.p.353.

<sup>58</sup> SANCHES, António Nunes Ribeiro – **Tratado de conservação da saúde dos povos.** Paris, 1756.p.48.

<sup>59</sup> VASCONCELOS, António Luís de Brito Aragão – **Memórias sobre o estabelecimento do Império do Brasil ou novo Império Lusitano.** (Bahia, s/ data), in, **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, vol.43-44 (1931),p.44.

Luis de Vasconcelos e Souza depois de mandar calçar a Praça do Carmo, igualmente para facilitar as paradas militares,<sup>54</sup> deu ordem em 1789 para que as barracas de peixe fossem reedificadas com regularidade e simetria.<sup>55</sup>

Essa preocupação com a regularidade esteve sempre presente no traçado da cidade quer no alto da colina (embora obviamente com as limitações que a própria natureza do terreno impunha) quer na parte baixa. As ruas e as construções em redor da Praça do Carmo mereciam uma atenção maior, determinando as correções que os moradores “que tiverem (casas) na Rua Direita da Praça mandem fazer as ditas calçadas debaixo da mesma pena os três meses, e nos remates de cada uma será com pedra grossa, que se não desmanche”.<sup>56</sup>

A estética da linha recta revela-se uma matriz fruto não só do desejo, como também da regra e mais interessante da prática. E é exactamente porque existe essa matriz fundamentada numa prática, que o fazer urbano é competência dos engenheiros militares, uma competência pragmática e que se revelaria programática.

Na **Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des metiers** (1753) de Diderot e D’Alembert a entrada em cidade sublinha a estética da linha recta e a praça revela-se estrutural: “para que uma cidade seja bela, é preciso que as ruas principais conduzam às portas; que na medida do possível sejam perpendiculares umas às outras, de modo a permitir que as esquinas das casas sejam em ângulo recto (...) no cruzamento das ruas devem-se abrir praças, sendo a principal aquela onde as duas grandes ruas desembocam e estas praças decoram-se mantendo a uniformidade nas fachadas dos palácios ou casas que a circundam, e com estátuas e fontes”.<sup>57</sup>

Por outro lado a estética iluminista para além de presente no projecto pombalino da Baixa de Lisboa encontra-se também na obra de Ribeiro Sanches **Tratado de conservação da saúde dos povos** (1756), quando refere, enquadrando-se num pensamento esclarecido e higienista que se deve ordenar, “fabricar as ruas largas e diretas que se terminem as grandes praças, depois de as mandarem cobrir de calçadas consistentes”.<sup>58</sup>

O texto de António Luís de Brito Aragão Vasconcelos **Memórias sobre o Estabelecimento do Império do Brasil ou novo Império Lusitano** chama a atenção para o facto de uma cidade com ruas largas e rectas contribuir para o bem estar da população: “em uma cidade magnífica, se tem todas as comodidades possíveis, a maior parte da gente deseja residir antes do que em outra onde faltam as coisas necessárias cujas ruas são estreitas e imundas, e as ladeiras incómodas e sem calçadas de sorte que as águas empocem, e façam grandes lameiros. Isto se evita não se consentindo fazerem-se ruas, ou estradas que não tenham suficiente largura (...) não se permitindo também levantar casa que não seja em linha recta de outra; e não havendo alguma na mesma linha (...), sejam os edificadores obrigados a deixar na testada da sua porta uma largura tal, que edificando outro na parte oposta, e continuando-se por uma, e outra parte uma linha de edificios não fique rua estreita”.<sup>59</sup>

Com a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808 a Praça do Carmo sofreria uma série de transformações que a tornariam em Praça do Paço, o Rio de Janeiro em capital portuguesa,<sup>60</sup> e o Brasil a partir de 1815 elevado à condição de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

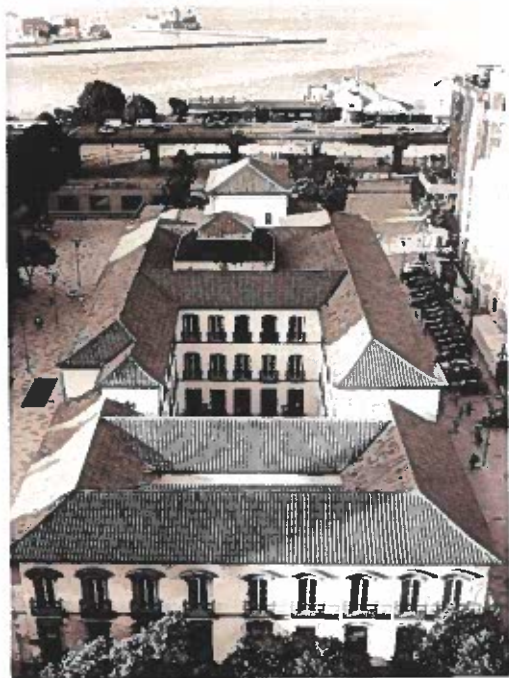
<sup>60</sup> A Família real tinha à sua disposição a Quinta da Boa Vista (depois Palácio de São Cristovão e actualmente

Museu de História Natural), residências nas ilhas da baía (Paquetá, ilha dos Frades, ilha do Governador), fazenda de

Santa Cruz (antiga propriedade dos Jesuítas) tornada Fazenda Real de Santa Cruz e usada como

residência de campo, um sítio em Botafogo, palácio no sítio do Andará, palácio em Mataporcos.





[Fig. 5] – Vista aérea do Paço, Avenida Perimetral elevada e Estação das Barcas

usou este espaço conventual para alojar a sua mãe, a Rainha D. Maria I e aí instalar o Real Gabinete de Física, a Real Ucharia, no térreo, e nos fundos numa ala pertencente aos Irmãos Terceiros do Carmo (onde tinha funcionado o hospital carmelita), a é instalada Real Biblioteca,<sup>63</sup> embrião da Biblioteca Nacional.

A chegada da família real incentiva a construção e provoca um crescimento da cidade que via o seu espaço expandir-se, mantendo-se a preocupação com a regularidade e o estabelecimento de praças. Em 1810 ordenava-se ao Senado da Câmara que “as novas ruas abertas na cidade fossem mais largas, (...) para nelas se edificarem edificios regulares, e de uma só e igual simetria para cada uma das ruas novas, deixando-se no arruamento, que se projectar, algumas praças, o que só embeleza a Cidade, mas contribui muito para a saúde da população (...)”.<sup>64</sup>

Com a chegada da corte portuguesa, medidas urbanísticas, que até então estavam a cargo do Senado da Câmara, passam a estar a cargo Intendência da Polícia da Corte e Estado do Brasil, destacando-se a figura do intendente-geral da polícia o conselheiro Paulo Fernandes Viana, que tem entre outras funções “a colaboração com o recrutamento de homens para o trabalho nas obras públicas e a urbanização da cidade do Rio de Janeiro”.<sup>65</sup>

A propósito de um conflito existente entre o Senado da Câmara e a Intendência da Polícia e respectivas atribuições é movida uma acção pelo Senado contra o arquitecto da cidade José Joaquim de Santana que nos pode servir de informação no que toca à importância da sua actividade e quanto à remuneração do ofício de

A antiga residência dos vice-reis, será remodelada de modo a poder cumprir as funções de Paço Real, servindo de aposento para o rei e depois para o imperador, sendo em 1817 construído um torreão na fachada principal, dando-lhe um aspecto palaciano.

Seriam igualmente reformados para funcionarem como anexos, a Cadeia e o convento dos frades Carmelitas.<sup>61</sup> No antigo sobrado da Casa de Câmara e Cadeia, adaptado para a acomodação de funcionários da Casa Real, foi construído um passadiço, ligando-o ao Paço.<sup>62</sup> No convento inicialmente de dois pisos, mas ao qual já antes de 1808 tinha sido adicionado um terceiro piso, foi construído um passadiço sobre a Rua Direita de modo a permitir a ligação directa ao Paço. D. João VI

**setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até à chegada da Corte.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.p.332.

<sup>62</sup> Alguns fidalgos membros da comitiva usaram a “lei das aposentadorias”, só abolida em 1818, que lhes dava direito a requisitar casa, sendo o proprietário obrigado a sair da residência escolhida, outros alojaram-se no mosteiro de São Bento e no consórtio da igreja do Rosário.

<sup>63</sup> Inicialmente com os livros que levava de Portugal, da Biblioteca do Infantado e da Real Biblioteca da Ajuda, sendo a biblioteca acrescida com “propinas”, ou seja, um exemplar de todos os papeis impressos nas oficinas tipográficas de Portugal e na Imprensa Régia no Rio de Janeiro; o decreto de 29 de Outubro de 1810 determina que a Real Biblioteca fosse aberta aos “estudiosos”. No Rio de Janeiro a biblioteca dos padres da Companhia de Jesus foi a primeira livraria pública da cidade.

<sup>64</sup> CARVALHO, Marieta Pinheiro de – **Uma Idéia de Cidade Ilustrada. As Transformações Urbanas da Nova Corte Portuguesa (1808-1821)**. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2003. Tese de Mestrado. P.113.

<sup>65</sup> CARVALHO, Marieta Pinheiro de – **Uma Idéia de Cidade Ilustrada. As Transformações Urbanas da Nova Corte Portuguesa (1808-1821)**. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2003. Tese de Mestrado. P.95.

<sup>61</sup> “Os presos da cadeia velha são removidos para a prisão eclesiástica do Aljube e os

frades Carmelitas para o Hospício dos Barbadinhos e estes para as casas anexas à

Igreja de Nossa Senhora da Glória, in, CAVALCANTI, Nireu - **O Rio de Janeiro**

<sup>66</sup> CARVALHO, Marieta Pinheiro de – **Uma Idéia de Cidade Ilustrada. As Transformações Urbanas da Nova Corte Portuguesa (1808-1821)**. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2003. Tese de Mestrado. P.102-104.

<sup>67</sup> CARVALHO, Marieta Pinheiro de – **Uma Idéia de Cidade Ilustrada. As Transformações Urbanas da Nova Corte Portuguesa (1808-1821)**. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2003. Tese de Mestrado. P.68-70.

<sup>68</sup> SMITH, Robert C. – **Urbanismo colonial no Brasil. Arquitectura**. Rio de Janeiro: Instituto de Arquitectos do Brasil, nº55 (1967),p.19.

<sup>69</sup> TEIXEIRA, Manuel C. – A construção do espaço urbano no Brasil. In, SILVA, Maria Beatriz Nizza da ed. lit – **De Cabral a Pedro I: aspectos da colonização portuguesa no Brasil**. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2001.p.56.

arruador. O cargo de mestre-de-obras públicas, arquitecto e arruador do Senado e mestre-de-obras públicas da Intendência da cidade do Rio de Janeiro foi criado em 1808 e para ele foi nomeado José Joaquim de Santana:

*“arquitecto transmigrado com a corte portuguesa, que serviu, desde 1793, no officio de mestre administrador das obras de fortificação da Barra do Porto e das obras do trem do Ouro nessa mesma cidade.(...) O seu ordenado seria de 400\$000 réis pelo cargo de arquitecto, sendo 300\$000 réis custeados pelo Senado e 100\$000 pagos pela Intendência. Excepto a esse valor, receberia pelo officio de arruador uma quantia em torno de 80 a 100\$000 réis. (...) Em 1816 o Senado escrevera uma representação à secretaria de estado dos Negócios do Brasil, criticando o exercicio das funções de Joaquim Santana. Alegava a má qualidade das suas obras e erros em seu projecto de alinhamento das ruas e regularidade dos edificios, além de assegurar que o plano de acerto das ruas que foi posto em prática, foi realizado pelo próprio Senado, e não o elaborado pelo arquitecto. (...) O Senado queria a exoneração de José Joaquim Santana e extinção do cargo de arquitecto, ficando a questão do arruamento por sua incumbência, como era até à chegada da família real”.*<sup>66</sup>

Se em 1816 o Senado da Câmara denunciava esses erros no projecto de alinhamento das ruas e regularidade dos edificios, António Alves de Araújo na sua obra **Reflexões sobre a edificação de novas casas na cidade do Rio de Janeiro** (1817) para solucionar a questão da não uniformidade sugere “o estabelecimento de um padrão para as construções, apresentando um plano de edificação: este plano deverá estabelecer o prospecto exterior dos edificios, a sua altura, a sua fortaleza (...) deverá determinar a largura das novas ruas que se abrirem, e marcar a sua direcção”, sendo a justificativa desse plano dada “a partir da comparação a Lisboa e aos demais reinos europeus: Lisboa, é testemunha do quanto podem adequadas providências”.<sup>67</sup>

Essa comparação e relação com a cidade de Lisboa irá também verificar-se no artigo **Urbanismo colonial no Brasil** de Robert Smith, onde este historiador estabelece uma relação entre a Praça XV de Novembro do Rio de Janeiro e a Praça do Comércio de Lisboa ao referir que a configuração espacial do Largo tinha sido feita à semelhança do “grandioso Terreiro do Paço de Lisboa, expressão simbólica suprema no urbanismo tradicional europeu do domínio marítimo de uma grande nação”.<sup>68</sup>

Na realidade a evolução espaço temporal de ambas as praças comprova que se enquadram no conceito de praça como “elemento estruturador do traçado urbano” abrigando “funções de centro, seja simbólico, funcionais e formais”.<sup>69</sup>

Construção de excepção pela sua origem, dimensão e traço também a Praça do Comércio de Lisboa mostrou ao longo dos tempos ser exemplar na encenação da imagem do poder num espaço público. Espaço de referência que se manteve irrepitível, o seu carácter único garantiu-lhe a natureza, qualidade e permanência de objecto de arte.

A Praça do Comércio tem uma espacialidade permanente que promove a descodificação da representação perspectiva, procurando entender a «maneira» de representar, de expressar e de apresentar o espaço. Os architectos/engenheiros militares desenharam-na à maneira dos architectos cenógrafos. Quando percorremos a praça olhamos esse espaço como *scaenae frons* dos teatros romanos e quando estamos no seu centro, lugar da *skene* e da orkestra, somos simultaneamente actores a espectadores. O modo particular de articular espaço fechado, espaço aberto, abrindo um dos lados da praça ao rio, sugere olhar a praça como para um quadro.

Ela recupera e mimetisa a forma que esse espaço foi assumindo desde que D. Manuel decide descer da Alcáçova e constrói o Paço sobre a casa da India, Mina e Guiné, e o terreiro (antes esteiro, praia, ribeira) toma a designação de Terreiro do

Paço gerando um palco privilegiado da cidade e sua imagem. E é a sua regularidade, assim como de todo o plano da Baixa de Lisboa, que se torna num excelente meio de comunicação da imagem de marca da cidade.

A crescente regularidade que a Praça XV de Novembro foi ganhando, esse espaço definido, começa em finais do século XIX a ser perturbado com uma série de modificações, ampliações, com novas construções e com alterações das construções existentes. Finalmente o seu golpe final foi a construção da Avenida Perimetral Elevada (1956-61) que lhe retira a identidade, a sua ligação directa com a baía.

“O porto antigo, em frente ao Paço, devido à presença desagradável aos olhos da realeza do embarque e desembarque de mercadorias e escravos, foi transferindo gradativa, mas definitivamente, suas funções para as imediações dos morros de São Bento, da Saúde e de Gamboa”.<sup>70</sup>

Desejando transferir as barracas de peixe que se encontravam próximas do Paço Imperial, e provocavam grande algazarra, em 1835 ergue-se o Mercado da Candelária, com projecto do arquitecto Auguste-Henry Victor Grandjean Montigny, sendo que o 2º piso, só foi edificado em 1869. Em 1870-71 são construídos dois pavilhões entre a Praça do Mercado e o mar e entre a área do antigo Trapiche Maxwell e a face norte da Doca; em 1889 depois de uma série de incêndios a Prefeitura decide construir em 1907 o novo Mercado Municipal na Praia D. Manuel, que acabaria demolido depois da construção da Avenida Perimetral elevada, restando apenas um torreão. No local do mercado velho viria a ser edificada nos anos 60 do século XX a Bolsa de Valores.

Na praça existiu também uma fonte da autoria de Marthurin Moreau, executado na fundição Val d’Osne, na França, que estava em Viena quando foi adquirida pelo Governo Imperial em 1878, sendo transferida em 1962 para a Praça da Bandeira e em 1979 para o local onde existiu o palácio Monroe. A arborização da Praça foi sendo feita por fases, tendo sido plantadas árvores junto ao cais e ao chafariz, e com a inauguração da estátua ao general Osório da autoria do escultor Rodolpho Bernardelli, e em 1894 é-lhe dado novo ajardinamento.

A partir de 1890 o Paço foi ocupado pela Repartição dos Correios e Telégrafos. Cerca de 30 anos depois o edifício sofrerá uma profunda reforma e ao “tentar recuperar a sua feição colonial, foi descaracterizado, produzindo um pastiche daquilo que nunca fora. Introduziram equívocos como o que foi notado por José Wash Rodrigues, ao comentar que foram pintados os cunhais e as ombreiras das janelas numa imitação de granito, apesar de serem eles em (...) granito e foi então levantado um frontão de igreja no corpo central, pregando-se na fachada uma chapa de bronze onde se lê entre outras coisas: fez-se a reforma deste edifício restituindo-se o primitivo estilo, MCMXXIX”.<sup>71</sup>

A grande transformação do convento, senão mesmo devastação, dá-se em 1905 quando as antigas celas, a antiga escada do convento e o telhado são demolidos, e a fachada do período colonial é substituída por outra de gosto eclético, de modo a permitir libertar o espaço para uma biblioteca, um arquivo e ainda o museu do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Em 1960 foi tombado e restaurado recuperando o aspecto colonial. Finalmente a descaracterização final do antigo espaço conventual é dada quando se instala no pátio do antigo convento o arranha-céus envidraçado da Faculdade Cândido Mendes.

E é precisamente por acontecer essa descaracterização que se torna necessário fazer uma regeneração do espaço da Praça, que entendemos dever começar pela procura dos fundamentos que deram origem como vimos às diferentes geografias do sagrado e do profano e às estéticas da linha recta.

<sup>70</sup> PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas – Praça XV: quatro séculos de transformações. In CAVALCANTI, Lauro ed. lit. – **Paço Imperial**. Rio de Janeiro: Paço Imperial / MinCIPHAN, 2005.p.61.

<sup>71</sup> SANTOS, Afonso Carlos Marques dos – O Paço da cidade: biografia de um monumento. In CAVALCANTI, Lauro ed. lit. - **Paço Imperial**. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999.p.52-117.

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Maurício de Almeida – Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO; Jorge Zahar editor, 1987.
- ABREU, Maurício de Almeida – Reencontrando a Antiga Cidade de São Sebastião: Mapas conjecturais do Rio de Janeiro do Século XVI. *Cidades: Revista Científica / Grupo de Estudos Urbanos*. São Paulo: Grupo de Estudos Urbanos. Vol.2, nº4 (2005), p.189-220.
- ABREU, Maurício de Almeida – O Rio de Janeiro quinhentista: debates e armadilhas. *Revista RioUrbano*. Rio de Janeiro: Fundação CIDE. (Março, 2002).p.42-51.
- ÁLVAREZ, José Mauricio Saldanha – A memória de Lisboa e a imagem da cidade do Rio de Janeiro na cartografia colonial do século XVII. In – VI Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas. Rio de Janeiro, 1999.
- ÁLVAREZ, José Mauricio Saldanha – “Muita gente junta na praça”. Traçados urbanos e arquiteturas no Rio de Janeiro Colonial. 1565-1713. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2000. Tese de Doutorado.
- Arte no Brasil. São Paulo: Abril Cultural, 1997.
- BACELLAR, Bernardo de Lima e Melo – Dicionário da Língua Portuguesa: em que se acharão dobradas palavras do que traz Bluteau, e todos os mais dicionaristas juntos. Lisboa: Off. Jozé de Aquino Bulhoens, 1783.
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista – A cidade e o Império: O Rio de Janeiro na dinâmica colonial portuguesa. Séculos XVII-XVIII. São Paulo: USP/FFLCH, 1997. Tese de Doutorado.
- BRENNA, Giovanna Rosso del ed. lit. – O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II. Rio de Janeiro: Index, 1985.
- CAETANO, Carlos – A Ribeira de Lisboa. Na época da Expansão Portuguesa (Séculos XV a XVIII). Lisboa: Pandora, 2004.
- CARITA, Helder – Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521). Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- CARVALHO, Marieta Pinheiro de – Uma ideia de cidade ilustrada. As transformações urbanas da nova corte portuguesa (1808-1821). Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; Departamento de História, 2003. Tese de Mestrado.
- CARVALHO, Ney O. R. – Praça XV e arredores: uma história em cinco séculos. Rio de Janeiro: Bolsa do Rio, 2000.
- CAVALCANTI, Lauro ed. lit. – Paço Imperial. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999.
- CAVALCANTI, Nireu – Campo, Rocio, Largo, Praça, Passeio: espaços públicos na cidade do Rio de Janeiro colonial. In – Colóquio Internacional – Praças Reais, Passado, Presente e Futuro. Lisboa: UAL, 2006.
- CAVALCANTI, Nireu – A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: as muralhas, sua gente, os construtores, 1710-1810. Rio de Janeiro: UFRJ/FCSS, 1997. Tese de Doutorado.
- CAVALCANTI, Nireu – Rio de Janeiro, centro histórico 1808-1998 – marcos da colônia. Rio de Janeiro: Dresdner Bank Brasil, 1998.
- CAVALCANTI, Nireu – O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da Cidade da invasão francesa até à chegada da Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2004.
- CARVALHO, Marieta Pinheiro de – Uma Idéia de Cidade Ilustrada. As Transformações Urbanas da Nova Corte Portuguesa (1808-1821). Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2003. Tese de Mestrado.
- COARACY, Vivaldo – Memórias da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: José Olympo, 1965.
- CZAJKOWSKI, Jorge ed. lit. – Do Cosmógrafo ao Satélite: mapas de cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Centro de Arquitectura e Urbanismo do Rio de Janeiro, 2000.

- Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia; feitas e ordenadas pelo Illustrissimo e reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide. Lisboa: na Officina de Miguel Rodrigues, 1765.
- COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da – Salvador, Século XVIII: o papel da Ordem Religiosa dos Beneditinos no processo de crescimento urbano. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya; ETSAB; Departament de Composició Arquitectònica, 2003. Tese de Doutoramento.
- DELGADO de CARVALHO, Carlos – História da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990.
- FERREZ, Gilberto – O que ensinam os antigos mapas e estampas do Rio de Janeiro. Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol.268, Julho-Setembro de 1965. Departamento de Imprensa Nacional, 1966. p.27-42.
- FRANÇA, José Augusto – Lisboa Pombalina e o Iluminismo. Lisboa: Bertrand Editora, 1987.
- FRIDMAN, Fania – Donos do Rio em Nome do Rei: história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- FRIDMAN, Fania; MACEDO, Valter L. – A ordem urbana religiosa no Rio de Janeiro colonial.[em linha] <[www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos/dossie2.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos/dossie2.pdf)>.
- GEORGE, Pedro – Forma Urbana e Terciária. 19 Praças e uma Interrogação. Cadernos ESAP.Porto: C.E.S.A.P., 1997.p.67-75.
- GERSON, Brasil – História das Ruas do Rio. Rio de Janeiro: Lacerda editores, 2000.
- GODINHO, Vitorino Magalhães – Portugal no começo do séc. XVI: instituições e economia. O relatório do veneziano Lunardo da Cà Masser. Revista de História Económica e Social. 4, Jul-Dez, 1979.
- GOMES, Paulo Varela – A Cultura Arquitectónica e Artística em Portugal no Século XVIII. Lisboa: Caminho, 1988.
- GORBERG, Samuel; FRIDMAN, Sérgio A. – Mercados no Rio de Janeiro 1834-1962. Rio de Janeiro: S. Gorberg, 2003.
- GUIA da arquitectura colonial neoclássica e romântica no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 2000.
- HOORNAERT, E. – A Igreja no Brasil Colónia (1550-1800). São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LE GOFF, Jacques – Ordres mendiants et urbanisation dans la France médiévale: état de l'enquête. Annales: Économies, Sociétés, Civilisations. Paris: Librairie Armand Colin, 25(4), jul./aou. 1970.p. 924-946
- Mapa: Imagens da Formação Territorial Brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.
- MARQUES, A. H. Oliveira - Lisboa evolução: séculos XII a XV (1147-1500).In Dicionário da História de Lisboa. Sl: s.e., 1994.p.511-515.
- MARX, Murillo – Cidade Brasileira. São Paulo: Melhoramentos ed. da Universidade de São Paulo, 1980.
- MARX, Murillo – Cidade no Brasil em que termos?. São Paulo: Studio Nobel, 1999.
- MOITA, Irisalva – A imagem e a vida da Cidade. In – Lisboa Quinhentista: a imagem e a vida da Cidade. Lisboa: CML; Museu da Cidade, 1983.p.9-22.
- MONUMENTOS. Revista Semestral de Edifícios e Monumentos. Lisboa: DGEMN, nº21, Setembro 2004.
- MOREIRA, Rafael – José de Figueiredo Seixas. Dicionário da Arte Barroca em Portugal. Lisboa: Presença, 1989. p.443-444.
- MOREIRA, Rafael – Uma utopia urbanística pombalina: o «Tratado da Ruação» de José de Figueiredo Seixas. In SANTOS, Maria Helena Carvalho dos ed. lit. – Pombal Revisitado. Lisboa: Editorial Estampa, 1984. vol.II, p.131-144.
- PATETTA, Luciano – Historia de la arquitectura [antologia crítica]. Madrid: Ediciones Celeste, 1997.
- PEREIRA, Sonia Gomes – Espaço urbano e arquitectura no Rio de Janeiro: a procura de uma síntese no universo colonial português. A obra de arte total nos séculos XVII e XVIII. Lisboa: MC / IPPAR, 1999. vol.2. p.529-540.

- PEREIRA, Sonia Gomes – Festas publicas e desenvolvimento urbano no Rio de Janeiro do século XVIII. In - Actas do III Congresso Internacional del Barroco Americano. Territorio, Arte, Espacio y Sociedad. Sevilla: Universidad Pablo de Olavide, 2001.p.1271-1279.
- PESSÔA, José – Cidade Barroca ou Tardo Medieval? A Arquitectura na definição dos traçados urbanos da América Portuguesa. In - Actas do III Congresso Internacional del Barroco Americano. Territorio, Arte, Espacio y Sociedad. Sevilla: Universidad Pablo de Olavide, 2001.p.1133-1140.
- PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas – Praça XV: quatro séculos de transformações. In CAVALCANTI, Lauro ed. lit. – Paço Imperial. Rio de Janeiro: Paço Imperial / MinCIPHAN, 2005.p.47-74. Praça XV 1580/1988. Rio de Janeiro: Núcleo de Memória Urbana / IPLANRIO, 1994.
- REIS FILHO, Nestor Goulart – Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720). São Paulo: Pioneira, 1968.
- RIVAS, Juan Luis de las – El Espacio como Lugar: sobre la naturaleza de la forma urbana. Valladolid: Secretariado de Publicaciones, Universidad, D.L. 1992.
- ROCHA-PEIXOTO, Gustavo – Reflexos das Luzes na Terra do Sol: sobre a teoria da arquitectura no Brasil da Independência 1808-1831. São Paulo: Pro editores, 2000.
- ROSSA, Walter – A imagem ribeirinha de Lisboa. Alegoria de uma estética urbana barroca e instrumento de propaganda para o Império. Actas do III Congresso Internacional del Barroco Americano. Territorio, Arte, Espacio y Sociedad. Sevilla: Universidad Pablo de Olavide, 2001.p.1314-1343.
- ROSSA, Walter – A urbe e o traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português. S.l.: Almedina, 2002.
- SALGADO, Plínio – Como nasceram as cidades do Brasil. Lisboa: Ática, 1946.
- SANCHES, António Nunes Ribeiro – Tratado de conservação da saúde dos povos. Paris, 1756.
- SANTANA, Francisco – Lisboa evolução. Período da expansão. In – Dicionário da História de Lisboa. S.l.: s.e, 1994. p.515-518.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos – O Paço da cidade: biografia de um monumento. In CAVALCANTI, Lauro ed. lit. - Paço Imperial. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999.p.52-117.
- SANTOS, Paulo – Formação de Cidades no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- SANTOS, Paulo – Quatro séculos de arquitectura. Rio de Janeiro: IAB, 1981.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz – A longa viagem do Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SEIXAS, José de Figueiredo – Tratado da ruação para emenda das ruas das cidades, vilas e lugares, deste Reino. Manuscrito. BNL.
- SENOS, Nuno – O Paço da Ribeira: 1501-1581. Lisboa: Notícias editorial, 2002.
- SILVA, José Custódio Vieira da – Lisboa Medieval: breves reflexões. Revista de História da Arte. Lisboa: Instituto de História da Arte- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – UNL, 2006.nº2, pp.37-42.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da – D. João no Brasil (1808-1821). In, D. João VI e o seu tempo. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999. p.374-389.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da – Rio de Janeiro e Salvador: a função social, estética e higiénica das praças no Brasil do fim do período colonial. In TEIXEIRA, Manuel ed. lit. – A Praça na Cidade Portuguesa. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.p.225-235.
- SMITH, Robert C. – Urbanismo colonial no Brasil. Arquitectura. Rio de Janeiro: Instituto de Architectos do Brasil, nº55(1967).p.17-20.
- TEIXEIRA, Manuel ed. lit. – A Construção da Cidade Brasileira. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.
- TEIXEIRA, Manuel C. – A construção do espaço urbano no Brasil. In, SILVA, Maria Beatriz Nizza da ed. lit – De Cabral a Pedro I: aspectos da colonização portuguesa no Brasil. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2001.
- TEIXEIRA, Manuel; VALLA, Margarida – O Urbanismo Português, séculos XIII-XVIII. Portugal-Brasil. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

- TEIXEIRA, Milton de Mendonça – Apostila andando pelo Rio – Praça Quinze de Novembro e arredores. [em linha], <<http://www.sindegtur.org.br/2006/arquivos/b8.pdf>>.
- TIRAPELI, Percival – Las órdenes religiosas, la constitución de sus programas arquitectónicos y sus funciones. Actas do III Congresso Internacional del Barroco Americano. Territorio, Arte, Espacio y Sociedad. Sevilla: Universidad Pablo de Olavid, 2001.p.1341-1356.
- VASCONCELOS, António Luís de Brito Aragão – Memórias sobre o estabelecimento do Império do Brasil ou novo Império Lusitano. (Bahia, s/ data), in, Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, vol.43-44 (1931).
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida – Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In CASTRO, Iná; GOMES, Paulo César; CORRÊA, Roberto (orgs) – Explorações Geográficas; percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.p.247-278.
- VASCONCELOS e SOUSA, Bernardo, ed. lit. – Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento – Guia Histórico. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- VASQUEZ, Pedro Karp – O Brasil na fotografia oitocentista. São Paulo: Metalivros, 2003.
- VAZ, Lilian Fessler – Notas sobre as praças do Rio de Janeiro no período colonial. In TEIXEIRA, Manuel ed. lit. – A Praça na Cidade Portuguesa. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.p.139-156.
- VIEIRA da SILVA, Augusto – As muralhas da Ribeira de Lisboa. Lisboa: CML, 1987. vol. 1.
- VILA, Soledad – La ciudad de Eiximenis: un proyecto teórico de Urbanismo en el siglo XIV. Valencia: Diputación Provincial de Valencia, 1984.